

Nos 20 anos, a Funai reencontra objetivos

A Fundação Nacional do Índio — está completando 20 anos de existência. Criada para substituir o extinto Serviço de Proteção ao Índio, a Funai teve, durante sua existência, momentos os mais diversos. Entre 1985 e 1986, chegou a ter seis presidentes. Desencantou-se da realidade democrática. E perdeu-se nos descaminhos da falta de administração.

Com a chegada do atual presidente, Romero Jucá Filho, em maio do ano passado, a Fundação Nacional do Índio reencontrou-se com seus objetivos básicos: A demarcação de terras, o apoio e assistência ao índio na aldeia e o resgate e a promoção da — cultura indígena. Objetivos que são definidos acirradamente por Jucá.

Nesta entrevista exclusiva, Romero Jucá Filho avalia o que significam duas décadas de existência para uma instituição que cuida de um público extremamente específico — 220 mil índios, divididos em mais de 160 grupos, ocupando 27 milhões de hectares já garantidos, absolutamente heterogêneos do ponto de vista de aculturação. Há, ainda, no Brasil, pelas estimativas da própria Funai, cerca de 40 grupos indígenas não contactados. Segundo o presidente da Funai, ao completar 20 anos, a instituição, aposta no "slogan" que marca a data — Funai, 20 anos: Ao Índio o que é do Índio.

P — A Fundação Nacional do Índio completa 20 anos de existência. Fruto do extinto Serviço de Proteção ao Índio, a Funai tem condições de melhorar a qualidade de vida do índio?

RJ — Tudo depende da prioridade que o governo brasileiro dá à Funai e às suas ações. Hoje, efetivamente, o presidente José Sarney e o ministro do Interior, João Alves — assim como seus predecessores, em especial o ministro Ronaldo Costa Couto, e o ex-ministro Joaquim Francisco — consideram prioritária a atuação junto às comunidades indígenas. O presidente da república tem dado total apoio à minha administração. Ele é um homem sensível quanto à questão indígena. De uma sensibilidade que se materializa no atendimento ao anseio mais importante das comunidades indígenas, que é exatamente a demarcação de terras. O presidente Sarney já garantiu, em seu governo, a demarcação de mais de 15,5 milhões de hectares de terras para os índios. Só para que se tenha uma idéia do que isso representa, entre 1910 e 1984 haviam sido demarcados 12 milhões de hectares. Portanto, o índio está sendo atendido naquilo que lhe é mais importante: a demarcação de suas terras. Ou seja, o índio é, efetivamente, uma prioridade no governo Sarney. Logo, a Funai, entidade responsável pelos índios está tendo mais condições de trabalhar e, conseqüentemente, de melhorar a qualidade de vidas das comunidades indígenas em todo o País.

Isto significa que a Funai está sendo "equilibrada" com expressivas verbas do governo federal para desenvolver seu trabalho?

RJ — Isto significa que estamos gerenciando racionalmente os recursos que são colocados à nossa disposição. Não, temos uma verba grande, se comparados a outras instituições. Nosso orçamento, para 1987, restringiu-se, inicialmente, a 450 milhões de cruzados. Conseguimos, porém, com suplementações e assinaturas de convênios, elevar este orçamento base. Entretanto, para 88, nosso orçamento operacional é da ordem dos 900 milhões. Parece muito. Mas não é. Especialmente se nós levarmos em consideração que temos pouco mais de quatro mil funcionários, para administrar um "Brasil paralelo", o País das áreas indígenas, cuja pretensão total é de 85 milhões de hectares, ou seja, 10 por cento do território nacional. A administração deste "Brasil indígena" implica em atendimento médico, atendimento educacional, desenvolvimento de projetos agrícolas e pecuários, abastecimento, segurança para as áreas indígenas, transportes aéreos — o índio é o único brasileiro que, ao cair doente, tem aviões à sua disposição para transportá-lo, enfim, e toda uma estrutura diferenciada para atender aos 220 mil índios brasileiros.

O Sr. falou em transportes aéreos. É assim tão necessário que a Funai mantenha uma frota de aeronaves?

RJ — Há áreas indígenas que ficam afastadas até 20 dias ou mais, de barco (sem falar na completa ausência de estradas em algumas áreas) dos centros capacitados a atender pessoas doentes. Ora, a doença não espera, não tem o menor senso de respeito para com as distâncias geográficas. E não se pode, simplesmente, fechar os olhos e deixar as pessoas morrerem por falta de assistência médica. Por isso a Funai mantém seus oito aviões permanentemente à disposição das comunidades indígenas. Este ano, nossas aeronaves voaram quase duas mil horas, transportando perto de 4.700 passageiros e quase 150 toneladas de carga. Com as dimensões continentais deste País e a pulverização das comunidades indígenas no território nacional, é absolutamente necessário que a Funai mantenha um serviço como este, que não consegue ainda atender todas as áreas. Até por isso a Força Aérea Brasileira nos auxilia no atendimento das comunidades indígenas prestando serviços inestimáveis aos nossos índios.

Além do atendimento às emergências médicas, a Funai tem se mostrado uma instituição emergencial no trato da maioria das questões. Isto mudou?

RJ — Eu estou à frente da presidência, da Funai há quase dois anos. Quando cheguei aqui, em maio de 86, encontrei um quadro trágico. A Funai era um instituto desgastado do ponto de vista do público externo, pois não havia credibilidade (no primeiro ano da Nova República, a Funai teve seis presidentes). O público interno estava também extremamente dividido: A Funai era uma instituição medieval, feudal, com grupos e grupelhos divididos e sub-divididos numa insana disputa interna pelo poder que somente agravava a situação do público-alvo, a razão da existência da instituição, que são os índios. Este público-alvo também



Romero Jucá Filho.

poderia perdurar. Até por uma questão de sobrevivência da própria instituição. Tudo isto levava a Funai a ser extremamente emergencial em suas ações: não tinha propostas enquanto entidade de governo. Havia perdido suas perspectivas históricas diante dos fatos que a atropelavam sucessivamente. Por isso, mesmo a atuação nas áreas de saúde e educação, principalmente, era emergencial. Hoje, com a descentralização, com a reestruturação da entidade, o quadro vem se revertendo efetivamente, garantindo um atendimento melhor ao índio, e quantidade e em qualidade, em especial.

Mas os índios não deixaram de ir a Brasília reivindicar durante sua administração. Não seria este um sinal de que as coisas não estão tão bem assim?

RJ — Acho que há duas leituras para esta pergunta. E, conseqüentemente, duas respostas que se completam. Em primeiro lugar, é absolutamente impossível modificar erros seculares, enganos estruturais, em alguns meses ou anos. E uma coisa da própria cultura da instituição. O que nós tínhamos que fazer era combater e tentar reverter este quadro. Foi o que fizemos, e continuamos fazendo. E o resultado desta ação manifesta-se, exatamente, numa expressiva melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas. Se você perguntar se o índio hoje está numa situação ideal, eu vou ter que dizer que não. Mas, a situação do índio, hoje, em relação à sua qualidade de vida é substancialmente melhor que aquela encontrada quando eu assumi a presidência da Funai. E mais, superior a grande maioria dos brasileiros. Em segundo lugar, a presença de lideranças em Brasília e uma ação legítima, quando permeada pela execução de projetos, não financiada para montagem de uma bagunça organizada ou desvio de recursos para hotéis e mordomias. As lideranças reais tem que ser tratadas — e o são — com todo o respeito. Eles são os representantes de seus povos. E eu faço questão de recebê-los, quer seja em meu gabinete, em Brasília, na sede das superintendências regionais, ou mesmo nas áreas indígenas. Trata-se da vivência de um processo democrático. E eu procuro primar pelo respeito à democracia. Até porque é extremamente importante que a Funai tenha, da boca das lideranças indígenas, uma avaliação do quadro existente em cada comunidade. Não se pode administrar o Brasil real a partir das inferências de um Brasil ideal.

E este processo democrático representa uma maior defesa das comunidades indígenas?

RJ — A Funai conta com funcionários altamente capacitados a defender os interesses dos índios. Estes funcionários estavam desmotivados. A descentralização da Funai representa, também, uma descentralização no atendimento das comunidades como um todo. Não é uma mera figura de retórica administrativa. A descentralização é uma ação e uma opção administrativa efetiva. Hoje, todas as Suers (Superintendências Executivas Regionais — em Curitiba, Cuiabá, Recife, Belém, Manaus e Goiânia), contam com seus setores de saúde, educação, atividades produtivas, desenvolvimento comunitário, assessorias jurídicas e auditorias próprias mais próximos das comunidades e de suas realidades. Para exemplificar, no campo jurídico, a Funai tem atualmente 614 processos em andamento, prioritariamente no que diz respeito à defesa das comunidades e de seus interesses, em diferentes instâncias: Estamos acompanhando até mesmo, um processo de genocídio, em Minas Gerais. Ali, um grupo de pistoleiros matou três índios. Todos estão presos — uma ação exemplar, da Polícia Militar de Minas Gerais e da Polícia Federal — aguardando julgamento, pela primeira vez assassinos de índios são julgados por genocídio. E a Funai está acompanhando e apoiando o desenrolar do processo.

Bem, mas a Funai tem encontrado sérias restrições ao desenvolvimento de programas e projetos relativos às comunidades indígenas...

RJ — Isto é uma meia-verdade. Na realidade, os projetos especiais que a Funai desenvolve em conjunto com outras instituições visam, primordialmente, o desenvolvimento a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas. A Fundação Nacional do Índio trabalha com cinco projetos especiais, voltados prioritariamente para a área da Amazônia Legal. São eles: O Pmaci, o Póla Polamazônia, o Programa Grande Carajás, o Polonoroeste e o Projeto Calha Norte. São programas de grande importância para os índios e para o Brasil. As restrições nas quais você se refere dizem respeito aqueles segmentos que consideram impossível viabilizar o atendimento das comunidades indígenas com o processo de desenvolvimento deste País. Esta é uma postura até certo ponto burra, pois querem partir do princípio que os índios não desejam participar de um

lutar contra fatos: As comunidades indígenas hoje querem participar do desenvolvimento nacional. O índio brasileiro é potencialmente rico. Ele tem terras ricas, tem minérios, tem madeira. E sabe que tem estas riquezas e que estas riquezas podem ser revertidas em favor de toda sua comunidade. Qual é o direito que temos de proibir isto?

Então, o Sr. concorda com a presença de projetos de desenvolvimento em áreas indígenas?

RJ — O desenvolvimento é um fato que chegará às Comunidades Indígenas mais cedo ou mais tarde. É impossível — é uma atitude irresponsável — querer manter o índio preso dentro de uma redoma. O progresso, o desenvolvimento, é uma ânsia de todos. É um direito de todos os brasileiros. E os índios, essencialmente brasileiros. Não temos o direito de roubar-lhes suas potencialidades de desenvolvimento, de aproveitamento racional de seus recursos — especialmente se estas comunidades manifestam o desejo de explorá-los...

O Sr. então se posiciona a favor da exploração dos recursos dos índios?

RJ — Claro. Mas deve ser uma exploração efetivada sob uma perspectiva racional, pragmática. E nós temos que ser pragmáticos. Os índios, hoje estão fazendo contratos direto com garimpeiros (há cerca de 30 mil garimpeiros em áreas indígenas); com madeireiros (estão roubando a madeira dos índios de forma desbragada) estão alugando seus pastos. Só que este dinheiro que eles recebem reverte apenas para algumas lideranças. É um processo errado. É um processo, muitas vezes, corrupto, o dinheiro deve reverter para toda a comunidade indígena. E não apenas para algumas lideranças. Olhe, quando eu cheguei na Funai resolvi encarar de forma séria três assuntos sobre os quais as pessoas falavam, criticavam e ninguém tinha coragem de enfrentar e resolver. Eram assuntos considerados até mesmo como tabus nesta instituição. Exploração mineral em áreas indígenas, retirada de madeira de áreas indígenas e presença de missões religiosas em áreas indígenas eram questões sobre as quais a Funai preferia adotar uma "política-de-avestruz" a enfrentá-las com seriedade. Resolvi reverter este quadro e encarei as três questões. Hoje, a mineração em áreas indígenas está regularizada — com uma portaria conjunta da Funai e do Departamento Nacional de Produção Mineral. Uma legislação draconiana. O IBDF já tem em mãos um estudo nosso para fazermos uma portaria semelhante, no tocante à madeira. E estamos reavaliando o papel das missões nas áreas indígenas. Ou seja: Estamos tendo uma postura séria sobre questões da maior gravidade que ninguém teve a coragem de assumir. Agora, criticar é uma coisa muito fácil, o difícil é administrar de forma coerente com a realidade, os anseios e as propostas das comunidades indígenas se a gente parte de um pressuposto básico de respeito.

O Sr. acaba de falar dos tópicos polêmicos: presença missionária em áreas indígenas e Projeto Calha Norte. São tópicos incompatíveis pela própria natureza?

RJ — Eu acredito que quando existe responsabilidade não há incompatibilidade. As duas coisas são excludentes. Veja bem: o Projeto Calha Norte é da maior importância para as comunidades indígenas do norte brasileiro. Pela primeira vez a Funai tem condições de chegar primeiro à última fronteira de desenvolvimento. Ou seja: O Calha Norte garante à Funai condições materiais e humanas para que os grupos indígenas sob sua esfera de abrangência possam ser defendidos — e até mesmo ter a garantia de suas terras — antes que o processo de desenvolvimento se implante. E uma postura pragmática, realista e responsável apoiada por setores do governo brasileiro inclusive o Conselho de Segurança Nacional, que nos tem dado todo o apoio possível. Até porque os homens que fazem o Conselho de Segurança Nacional e os integrantes da Presidência da República estão conscientes da necessidade de protegermos nossas comunidades indígenas. Agora, a presença missionária pode, às vezes, entrar em conflito com a ótica do governo brasileiro diante do trabalho junto aos índios. Acredito que as propostas do Calha Norte não tenham sido convenientemente compreendidas por alguns setores missionários. No mínimo, por falta de conhecimento da questão. Ou, então, por má-fé. Para a Funai e para as comunidades indígenas, o Calha Norte representa a possibilidade de resgatarmos nossa dívida para com os índios da região Norte — exatamente onde há mais índios e menos presença da Funai.

Isto significa

RJ — Isto significa que o papel desempenhado pelas missões — até muito louvável, uma vez que a Funai não tinha condições de atender às comunidades indígenas — precisa ser revisto. Na área de abrangência do Calha Norte, nós receberemos recursos significativos em 1988. Isto quer dizer que a Funai estará mais forte, mais aparelhada e com pessoal mais capacitado para atender aos índios. E as missões? Elas precisam rever sua postura assistencial — catequética para pensar na forma como irão atuar diante desta nova realidade. Eu não sou contra as missões. Colaborar em favor da causa indígena e muitas vezes, uma demonstração de grande sacrifício pessoal. Mas é preciso que a colaboração seja efetivada sobre as bases reais das necessidades e aspirações dos índios. E, para isso, o Museu do Índio está trabalhando, coletando informações avaliando o papel missionário para que, logo tenhamos uma proposta atualizada e pragmática para o desenvolvimento do trabalho missionário. E é até uma postura

mente, não sei porque, estamos tendo dificuldade em coletar dados junto à Igreja Católica. Mas acredito que sejam um quadro passível de reversão assim que os missionários, em especial os integrantes do Conselho Indigenista Missionário, percebam a importância deste trabalho: O de, em conjunto com a Funai, definirmos regras e parâmetros de atuação junto aos índios em função de seus interesses e de suas aspirações.

Trata-se de uma postura preservacionista da Funai em relação à cultura indígena?

RJ — Trata-se de uma postura preservacionista da Funai em relação ao índio como um todo. O índio precisa ser respeitado. Quando assumi a Funai, elenquei três áreas prioritárias: a demarcação de terras; o apoio e assistência ao índio na aldeia — através das áreas de educação, saúde e atividades produtivas —, e a promoção e o resgate da cultura indígena. Para que se tenha uma idéia do que significa este último tópico, o Museu do Índio e a artíndia — esta última, entidade da Funai responsável pela comercialização do artesanato indígena — foram revitalizados de forma a podermos contar com uma participação efetiva do artesanato indígena enquanto fonte de renda para os índios e fator de promoção cultural do índio brasileiro. A Funai tem hoje oito lojas da artíndia em todo o País, instalações como ponta-de-lança da cultura indígena dentro de nossa própria sociedade. E, ou nós aprendemos a respeitar a valorizar a cultura do índio — que é parte integrante da cultura nacional — ou estaremos fadados ao incerto destino dos povos sem memória; incorreremos nos erros históricos do passado.

Falando em erros históricos, a atual Constituinte poderá entrar na história como uma Constituinte que defende os índios?

A história da questão indígena na Constituinte é, no mínimo, trágicômica. As ditas "entidades de defesa da questão indígena" esqueceram-se de um princípio básico da física: A toda ação corresponde uma reação de igual valor, em sentido contrário. Quero dizer que, durante o processo das subcomissões e comissões, estas entidades, irresponsavelmente plantaram seus projetos constitucionais que previam, inclusive, a criação de territórios indígenas e o reconhecimento de nações indígenas dentro do Brasil. A Funai, é preciso que se diga, esteve alijada do processo de discussão da questão indígena na Constituinte. E olhe que eu fui pessoalmente me colocar a disposição dos congressistas. Enfim, o que se viu foi que todo mundo deu o seu palpite na questão: Cimi, Aba, Uni, Anai, todo mundo. Mas a Funai, que é o órgão tutor, a entidade responsável pela execução da política indigenista, ficou de fora. Resultado: enquanto esses segmentos propunham largos avanços, outros setores se posicionavam contra isto. O que temos, hoje, então, é uma proposta constitucional que deve ser bem avaliada por nossos parlamentares, quando da votação plenária, para que as comunidades indígenas não sejam prejudicadas. E, mais uma coisa, os constituintes também precisam ter em mente que a letra da lei constitucional deve ser o mais sintética possível. O detalhamento das questões deve ser proposto a nível de legislação ordinária. Precisamos ter uma Constituição efetiva; não uma "Constituição Ordinária" do ponto de vista legal. A Funai, porém, não se furtou a seu dever de alertar os congressistas.

Mas, do ponto de vista prático, este tipo de ação beneficia aos grupos indígenas? Aos índios arredios, por exemplo?

RJ — Beneficia a todos os grupos indígenas. Quanto mais as pessoas sabem sobre os índios e sobre a Funai, mais fácil fica convivência entre os integrantes de sociedades tão diferentes quanto a nossa e aos índios. As fronteiras de desenvolvimento expandem-se, cada dia mais, nos rumos Norte e Noroeste. E é preciso que as pessoas se conscientizem da importância da preservação dos índios e do respeito às suas terras. Isso só pode ser feito através de um amplo trabalho, que mostre a cada brasileiro o valor de nossos índios, o respeito que precisamos devotar aos povos autoctones é a dívida imensa que contraimos para com eles durante o processo de colonização e conquista deste País. Especialmente se nós levarmos em consideração que o Brasil é o único País do mundo que ainda tem índios isolados, sem contato com o homem branco.

E a Funai desenvolve alguma política específica e relação aos grupos ainda isolados?

RJ — Somente este ano foi que a Funai criou uma coordenadoria de Índios Isolados. O que nós fizemos? Reunimos todos os sertanistas da Funai num seminário, com uma semana de duração, para que eles debatessen e me apresentassem uma política fática e preservacionista para as comunidades indígenas isoladas. Transformei as sugestões dos sertanistas em portaria presidencial. Hoje temos um instrumento capacitado a atender o índio isolado e a garantir-lhe terras e assistência. O contato com nossa sociedade, porém deverá ser feito apenas no "timing" de cada grupo, respeitando suas características. Não se pode impor um salto técnico-cultural de seus mil anos a estes grupos indígenas impunemente. Esta é uma grande preocupação desta administração.

E, agora, aos 20 anos, esta instituição pode dizer que "valeu a pena"?

RJ — Eu poderia me permitir um devaneio poético e responder que "tudo vale a pena quando a alma não é pequena". Mas prefiro dizer que, do ponto de vista das comunidades indígenas e do governo brasileiro, a Funai é a única entidade habilitada, capacitada e preparada para atender